

Zonas Paradoxais: etnografia do trabalho sexual na cidade de Campinas.

Aline Godois de Castro Tavares¹

Palavras Chaves: Trabalho Sexual; Violência; Autonomia.

Resumo

Este texto tem como objeto as relações de trabalho existentes no Bairro Jardim Itatinga, zona de prostituição localizada na periferia da cidade de Campinas. O objetivo é entender as particularidades do trabalho sexual realizando nessa região, dando destaque às noções de *trabalho*, *autonomia* e *violência* articulados nas falas de mulheres trabalhadoras sexuais desse região.

1 Mestranda no Programa de Antropologia Social da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
E-mail: alinetavares00@gmail.com

**VII Congresso Latino-Americano de Estudos do Trabalho:
O trabalho no século XXI. Mudanças, impactos e perspectivas**

GT 07 – Trabalho e Trabalhadores não Convencionais
no Capitalismo Global.

Zonas Paradoxais: etnografia do trabalho sexual na cidade de Campinas.

Aline Godois de Castro Tavares²

2 Mestranda em Antropologia Social na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

Zonas Paradoxais: etnografia do trabalho sexual na cidade de Campinas.

Palavras Chaves: Trabalho Sexual; Violência; Autonomia.

Resumo

Este texto tem como objeto as relações de trabalho existentes no Bairro Jardim Itatinga, zona de prostituição localizada na periferia da cidade de Campinas. O objetivo é entender as particularidades do trabalho sexual realizando nessa região, dando destaque às noções de *trabalho*, *autonomia* e *violência* articulados nas falas de mulheres trabalhadoras sexuais desse região.

Apresentação

A prostituição é objeto de inúmeros olhares e debates, preenchendo a agenda de diversas instituições: religiosa, policial [Pereira, 2006], médica [Engel, 1989] e feministas [Piscitelli, 2005; Kempadoo, 1998; Rubin, 1992]. Ao longo dos últimos 30 anos, o debate político e acadêmico sobre o tema vem se complexificando e ganhando novas perspectivas, reforçado principalmente pelo aparecimento de diversas organizações de trabalhadoras sexuais em diversas partes do mundo.

Essas organizações, aliadas a segmentos feministas da academia, promovem um discurso afirmativo sobre a prostituição, consagrando um posicionamento distinto dos demais, conhecido como *perspectiva trabalhista*³. Atualmente existem quatro agrupamentos que sistematizam os debates em torno da prostituição: o modelo abolicionista, o proibicionista, regulamentarista, e, mais recentemente, a perspectiva trabalhista [Piscitelli, 2007]. De forma geral podemos entender os três primeiros posicionamentos como compartilhando da mesma visão moral sobre a prostituição, entendendo-a com um mal social e que deve ser, dependendo do modelo, suprimida ou controlada

Os três primeiros traduzem-se em sistemas legais específicos, sendo o proibicionista aquele que criminaliza todo o entorno da prostituição, incluindo a própria prostituta; o abolicionista, que entende a mulher como vítima e criminaliza a cafetinagem e, em alguns casos, o cliente; e por fim o regulamentarista, que considera a prostituição como um “mal necessário”, sendo assim, deve ser controlado pelo Estado [Mazariol, 1976].

Por fim, encontra-se a perspectiva trabalhista, ou laboral, difundida por organizações de trabalhadoras do sexo, movimentos LGTTB e segmentos feministas ligados à academia. Entre os anos de 1980 e 1990 surgem os principais grupos da categoria. Esses coletivos possuem como bandeiras a luta contra a violência policial, a busca por direitos humanos, civis e sociais, e têm como marcos na América Latina as manifestações realizadas no Equador em 1982; no Brasil em 1987 e no Uruguai em 1988. [Kempadoo e Doezeema, 1998]

3 Podemos encontrar como sinônimo de *perspectiva trabalhista* o termo “despenalização”. No entanto, opto aqui por utilizar o termo trabalhistas, ou laboral, por entender que a despenalização é uma bandeira dentro dessa perspectiva, foco inclusive de alguns tensionamentos entre organizações de trabalhadoras do sexo.

Fala-se atualmente em Mercado do Sexo, uma vez que prostituição é um termo altamente plural e que não consegue dar conta da infinidade de relações que envolve a troca comercial do sexo [Piscitelli, 2005]. Esse mercado vem crescendo de forma rápida e rentável, e possui diversos pontos de tensões e disputas no seu interior.

Longe de oferecer um panorama detalhado sobre os diversos agentes e interesses em disputa dentro desse cenário, o objetivo deste trabalho é entender as dinâmicas do trabalho sexual realizado no bairro Jardim Itatinga⁴, considerada maior Zona de confinamento da América Latina.

Trata-se de um bairro nacionalmente conhecido, recebendo trabalhadoras e cliente de várias partes do país, se configurando em um espaço quase exclusivamente marcado pelo comércio sexual.

Essa distinção se faz importante, pois esse bairro se configura como um local distinto de outras zonas de prostituição conhecidas no Brasil, como a Vila Mimosa, onde a prostituição coexiste com outras atividades relacionadas a boemia, e a circulação naquele espaço, embora fortemente marcada pelo mercado do sexo, não se restringe a ele (Simões, 2010). No Jd. Itatinga, de forma diferente, toda a estrutura do bairro circula em torno do comércio sexual, desde os vários mascates que circulam pelo bairro, passando pelo salão de beleza, até o posto de saúde, configurando redes importantes que constituem um denso nicho de mercado.

Assim, através de etnografia e entrevistas realizadas no local com trabalhadoras sexuais e donas de estabelecimento, procuro entender as relações paradoxais que esta região oferece à dinâmica do trabalho sexual, buscando destacar como essas trabalhadoras entendem o seu trabalho e os diversas estratégias levantadas por elas para maior mobilidade e autonomia enquanto trabalhadoras.

Conclusões Preliminares

O Jardim Itatinga possui uma relação bastante bastante imbricada com a lógica de um mercado informal e também ilegal, uma vez que o bairro apresenta elementos próprios de uma área comercial comum, com casas alugadas no valor de imóveis

4 O Jardim Itatinga é considerado a maior Zona de Confinamento da América Latina, e segundo informações do Posto de Saúde do bairro, transitam por lá aproximadamente 2000 mulheres.

comerciais, a centralidade de uma atividade ancorada na oferta e demanda de um determinado serviço. Com a informalidade ainda, guarda similaridade com a pouca centralidade do Estado na organização de suas atividades, embora o Estado esteja presente através do centro de saúde, e rondas policiais no interior do bairro. A questão da ilegalidade se relaciona com a história do bairro, que criado para ser uma zona de tolerância, foi alocada a margem da cidade, fora do controle do Estado e com isso, atualmente, responde às regras o PCC, principal organização criminosa do Estado de São Paulo.

De acordo com as entrevistas realizadas, se apresenta como uma zona paradoxal em relação a segurança das trabalhadoras, podendo se configurar como um área de proteção e de perigo, característicos de outras áreas que mantêm relações com o crime organizado. Ela pode se constituir como um ambiente seguro para o trabalho das mulheres profissionais do sexo pois através da proteção dos donos de casa e do PCC, elas se protegem das relações de violência envolvendo clientes, transeuntes, moradores, policiais e comerciantes, problemas recorrentes relatados pelas mulheres prostitutas que fazem programa na área central da cidade. Entretanto, no bairro Itatinga, ficam submetidas à outras regras sociais, relacionadas aos códigos éticos da zona e do PCC, que uma vez ultrapassada, podem oferecer perigos físicos às trabalhadoras.

Um elemento central na fala das entrevistadas, todas mulheres com mais de dez anos de trabalho sexual nesse território foi a noção de “andar na linha”. De forma geral, este termo diz respeito aos comportamentos necessários para a trabalhadora ser “bem sucedida” no seu trabalho. Assim, parece existir um limite moral entre a conduta de uma boa trabalhadora sexual, que se relaciona com sua capacidade de entender sua atividade como um trabalho, e se distanciar daquilo que gera vínculos de atrito com os demais agentes da zona. Algumas questões destacadas na fala dos informantes é o não consumo de álcool e outras drogas na zona, o cumprimento do horário de trabalho acordado com o dono do estabelecimento, e não confundir relação de amizade como o empregador com a relação de trabalho, pagando sempre que utilizar o quarto.

Apesar do bairro ser destacado com positividade, sendo lembrado como o local onde aprenderam a “fazer a vida” e onde encontraram acolhimento, há uma constante recorrência sobre a necessidade de residirem fora dali. Na fala das 4 trabalhadoras entrevistadas, residir fora do local do trabalho é um passo fundamental para maior

autonomia da profissional no seu local de trabalho.

Esse aspecto é de fundamental importância, uma vez que as poucas histórias que as informantes consideram violentas tem como protagonistas pessoas que não possuem outras redes sociais e vínculos afetivos para além do local de trabalho, nos indicando que a separação entre a esfera do trabalho e a esfera da vida é um elemento importante para se pensar a autonomia do trabalho sexual. Quando a zona passa a ser apenas o local de trabalho, elas relatam uma maior possibilidade de circulação por outros espaços urbanos e outras redes de sociabilidade importantes para sua identificação enquanto trabalhadoras sexuais.

BIBLIOGRAFIA

ENGEL, Magali Gouveia. Meretrizes e doutores: saber médico e prostituição no Rio de Janeiro. São Paulo: Brasiliense, 1989.

KEMPADOO, Kamala e DOEZEMA, Jo; *Global Sex Worker: Rights, Resistance, and Redefinition*, Routledge, New York, 1988.

MAZZARIOL, Regina; "Mal necessário": ensaio sobre o confinamento da prostituição na cidade de Campinas. Editora Universidade Estadual de Campinas, 1976

PEREIRA, Christiana Schettini; *Que tenhas teu corpo: uma história social da prostituição no Rio de Janeiro das primeiras décadas republicanas*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2006

PISCITELLI, Adriana; "Apresentação: gênero no mercado do sexo". *Cadernos Pagu*, 2005 (25), Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP

_____; "Prostituição e Trabalho". In: Maria Ednalva Bezerra de Lima; Ana Alice Alcantara Costa; Albertina Costa; Maria Betania Ávila; Vera Lúcia Soares. (Org.). Transformando as relações trabalho e cidadania, produção, reprodução e sexualidade. Salvador: UFBA/FFCH/CUT, 2007, v. 1, p. 183-195.

RUBIN, Gayle; "Thinking Sex: Notes for a Radical Theory of the Politics of Sexuality"
[1982] 1992, in: ABELOVE, Barale & ALPERIN: *The lesbian an gay studies reader*,
Routledge.